

Ao Departamento de Materiais e Patrimônio (DEMAP/DA),

Assunto: Recurso Administrativo interposto tempestivamente pela LINUS LOG LTDA - (151845997), referente ao Pregão Eletrônico nº 023/2024 - DECOMP/DA.

Em atendimento aos despachos (151856607) e (151873593), informamos que tomamos conhecimento do recurso (151845997) apresentado pela empresa LINUS LOG LTDA, em razão de sua desclassificação do certame referente ao Pregão Eletrônico nº 023/2024 - DECOMP/DA. Também tomamos ciência da contrarrazão (151846893) apresentada pela empresa SOS TECNOLOGIA E GESTAO DA INFORMACAO LTDA, a qual também opinou quanto a referida desclassificação.

Em atenção ao Despacho NOVACAP/PRES/DA/DEMAP (151873593), temos a informar:

## 1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROJETO E NECESSIDADE DE GESTÃO DOCUMENTAL ADEQUADA

- 1.1. A NOVACAP, ao enfrentar desafios relacionados ao armazenamento físico de seu acervo documental, identificou a necessidade de modernizar sua gestão documental. O arquivo atual não possui as condições adequadas de segurança e preservação. A gestão terceirizada de documentos tem se mostrado uma prática recorrente na administração pública, permitindo economia de espaço, eficiência na localização de documentos, e preservação em ambientes apropriados.
- 1.2. A adoção de um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD) é essencial para organizar o acervo, garantir a preservação, e permitir o acesso a documentos de forma segura e eficiente. Isso também promove redução de custos com recursos humanos e materiais, além de melhorar a produtividade e transparência em consonância com a Lei de Acesso à Informação.
- 1.3. Toda organização tem por objetivo a redução de custos: gastos com material de expediente, gastos com segurança, custas processuais e inclusive de tempo.
- 1.4. Objetivando aumentar a segurança e a eficiência dos serviços oferecidos aos cidadãos faz-se necessário a organização do arquivo em um único local, focando o tratamento do ciclo de vida da informação como estratégia de administração pública.
- 1.5. O acervo arquivístico requer soluções que incluam procedimentos técnicos adequados, informatização, recursos humanos, materiais, instalações físicas, segurança, enfim, uma estrutura completa, permitindo que a Novacap possa dar enfoque para os assuntos de sua competência com mais eficiência e eficácia.
- 1.6. A Gestão Documental é fundamental para garantir o bom funcionamento da NOVACAP, de seus vários setores administrativos e de Fiscalização para que haja a racionalização dos recursos otimização do uso de espaços físicos, além do acesso à informação pelos usuários, sejam estes internos ou externos.
- 1.7. Este acesso é assegurado pela Constituição Federal, em seu Art. 5º, Inciso XXXIII – “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”. Conforme disposto no Art. 1º da Lei nº 8.159/1991, sobre política nacional de arquivos públicos e privados, “é dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação”.
- 1.8. Ademais, vale ressaltar que a digitalização dos processos finalísticos fomenta a transparência e o acesso a informação pública produzida pela NOVACAP, bem como representam economicidade na tramitação e atendimento de suas atividades.
- 1.9. A contratação dos serviços ora propostos reveste-se de uma importância singular, pois visa sanar problemas decorrentes de acúmulo indevido e tratamento inadequado de documentos e processos no Arquivo Geral desta Companhia, bem como trazer segurança e agilidade na recuperação de informações referentes aos seus processos de programas e projetos.
- 1.10. Buscamos a solução de SIGAD para garantir a conversão do documento em suporte papel substituto legal digital, através da adesão da certificação digital nos moldes ICP-Brasil de processos administrativos de gestão de pessoas acumulados, sob a guarda e consulta desta Companhia, anteriores a implantação do SEI-DF, promovendo, assim, sua posterior eliminação.
- 1.11. A guarda do acervo da NOVACAP não consiste somente em manter a integridade de documentos essenciais, que contêm informações fundamentais ao perfeito funcionamento do órgão. O tratamento da documentação objetiva, além de preservar o Administrador Público das responsabilidades penais, civis e administrativas, assegurar o bom andamento das atividades da instituição.
- 1.12. A organização do acervo e boas práticas de gestão de documentos servem ainda para garantir o cumprimento da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 que regula o acesso às informações a qualquer cidadão, ressalvadas o sigilo, sendo imprescindível que as informações estejam organizadas para o atendimento das demandas de acesso.
- 1.13. O acesso a informação contida nesses processos precisa ser facilitado. Sendo convertidos em suporte digital, a consulta de dados e recuperação das informações se dá de forma mais ampla, rápida e eficaz, tornando possível seu trâmite e atualização com a presteza necessária ao pronto atendimento dos empresários, órgãos de controle e execução por parte dos servidores desta Companhia.
- 1.14. E, finalmente, a contratação de empresa privada através de procedimentos previstos na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP, se justifica na impossibilidade operacional desta Companhia de realização das atividades descritas neste instrumento, contratando a prestação de tais serviços como atividades acessórias de suporte à consecução de suas atividades finalísticas bem como no cumprimento de suas atribuições legais como instituição mantenedora de acervos documentais.

## 2. DA ANÁLISE TÉCNICA E JUSTIFICATIVA DAS EXIGÊNCIAS DO EDITAL

- 2.1. O Pregão Eletrônico nº 023/2024 (145799947) foi estruturado para atender às demandas de gestão documental da NOVACAP. As exigências técnicas estabelecidas no Termo de Referência nº 4 (145802985) são essenciais para garantir a correta execução do objeto licitado.
- 2.2. Assim, transcrevemos a conclusão da análise realizada da empresa LINUS LOG LTDA, que foi realizada por meio do Despacho NOVACAP/PRES/CSAD395-2020 (147509695):

Quanto à **Habilitação Técnica**:

A empresa não atendeu os seguintes itens:

ITEM DO Termo de Referência 4 (145802985)	ANÁLISE
10.1.4. Disponibilização de ferramenta de um SIGAD (Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos) e Armazenagem de documentos eletrônicos, em ambiente especializado;	Não apresentou atestado de que forneceu um SIGAD conforme exigido.
10.1.5. Prestação de serviço de implantação, parametrização e sustentação de um Repositório Arquivístico Digital Confiável - RDC-Arq, citando explicitamente quais foram os sistemas utilizados para preservação e disseminação dos documentos digitais;	Não houve a comprovação de que a empresa implantou, parametrizou e sustentou um Repositório Arquivístico Digital Confiável - RDC-Arq, citando explicitamente quais foram os sistemas utilizados para a preservação e disseminação dos documentos digitais.
10.1.6. Prestação de serviço de implantação, parametrização e sustentação de um SIGAD, por um período superior a 12 (doze) meses.	Não houve a comprovação de que a empresa prestou os serviços de implantação, parametrização e sustentação de um SIGAD, de acordo com

	o CONARQ, por um período de superior de 12 (doze) meses.
10.4.3. No mínimo 02 Profissionais com formação superior em Arquivologia - Profissional especialista em organização de arquivos. O perfil de Arquivista é justificado pela intrínseca relação que os serviços previstos possuem com a atividade de arquivista, conforme o que preconiza a Lei nº 6.546/1978, considerando as especificidades de sigilo a serem resguardadas com relação ao tratamento do acervo documental da NOVACAP, além da garantia da qualidade técnica necessária a execução do serviço.	Não Atendeu. Apresentou apenas um profissional com formação em Arquivologia.

Quanto ao item 10.3 do Termo de Referência 4 ([145802985](#)):

10.3. A arrematante na etapa de lances, devidamente habilitada, será submetida à PROVA DE CONCEITO.

10.3.1. A licitante arrematante será comunicada para realizar a Prova de Conceito, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, objetivando a comprovação de conformidade técnica com os parâmetros definidos, após convocação da área técnica.

10.3.2. Serão exigidas demonstrações práticas de cada um dos requisitos abaixo relacionados. A licitante deverá atender aos percentuais mínimos de 100% (cem por cento) dos requisitos do Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos - SIGAD, sob pena de desclassificação.

Tendo em vista que a arrematante não cumpriu o exigido nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6 e 10.4.3 não há necessidade de realizar a prova de conceito.

Posto isso, restituímos os autos para envio ao Departamento de Compras (DECOMP) visando o prosseguimento da contratação.

2.3. Para maior clareza, destacamos que:

#### 2.3.1. QUANTO AOS ITENS 10.1.4 E 10.1.6 - EXIGÊNCIA DO SIGAD

10.1.4. Disponibilização de ferramenta de um SIGAD (Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos) e Armazenagem de documentos eletrônicos, em ambiente especializado;

10.1.6. Prestação de serviço de implantação, parametrização e sustentação de um SIGAD, por um período superior a 12 (doze) meses.

2.3.1.1. Os requisitos acima foram incluídos no edital porque o objeto do certame engloba as referidas atividades e, também, por se tratarem de algumas das parcelas do objeto de maior complexidade e com valor significativo. O SIGAD é um sistema muito específico e fundamental para o sucesso do projeto.

2.3.1.2. Além disso, embora a Representante tenha afirmado que apresentou atestados suficientes para a sua habilitação, na verdade, foi apresentado apenas um atestado referente a um sistema de Enterprise Content Management (ECM), que é diferente e tem finalidades distintas das de um SIGAD.

2.3.1.3. Embora ambos os sistemas estejam relacionados à gestão de documentos e conteúdos, eles possuem características distintas em termos de foco e funcionalidades.

2.3.1.4. O SIGAD é voltado para a gestão arquivística de documentos, ou seja, lida com a administração de documentos de forma organizada e controlada, seguindo normas arquivísticas e legais, especialmente as definidas pelo CONARQ. O principal objetivo do SIGAD é garantir que os documentos sejam corretamente classificados, armazenados, preservados e eliminados quando não forem mais necessários, respeitando prazos de guarda e políticas de preservação. Já o ECM é um conjunto de ferramentas e estratégias utilizadas para capturar, gerenciar e distribuir conteúdo e documentos de uma organização, sem o mesmo rigor ou foco na preservação arquivística.

2.3.1.5. O SIGAD está vinculado a requisitos legais e normas de arquivamento, como temporalidade documental, sigilo e segurança da informação. Por outro lado, o ECM é mais voltado para a gestão do ciclo de vida completo do conteúdo, priorizando a produtividade, o fácil acesso e a integração com outros sistemas.

2.3.1.6. Portanto, tratam-se de ferramentas distintas e, ao contrário do que a Representante tentou fazer parecer, um ECM não abrange um SIGAD. Dessa forma, um atestado de disponibilização de ECM, de maneira alguma, atende ao requisito de habilitação referente ao fornecimento de um SIGAD.

2.3.1.7. Neste contexto, uma empresa enviou questionamentos referentes aos itens 10.1.4 e 10.1.6 ([146290913](#)), conforme disposto no item 4 - Da Impugnação e do Pedido de Esclarecimento do Edital ([145799947](#)). Estes questionamentos foram respondidos por meio do Comunicado NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC ([146657521](#)).

<p>4 - De acordo com o Termo de Referência, quando são pedidos nos itens:</p> <p>10.1.4. Disponibilização de ferramenta de um SIGAD (Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos) e Armazenagem de documentos eletrônicos, em ambiente especializado;</p> <p>10.1.6. Prestação de serviço de implantação, parametrização e sustentação de um SIGAD, por um período superior a 12 (doze) meses.</p> <p>Entende-se que SIGAD neste caso seja um Sistema Informatizado para Gestão Arquivística dos Documentos objeto deste Edital, atendendo aos requisitos discriminados no Edital e seus anexos, não sendo necessário atendimento direto aos requisitos do e-Arq Brasil, que não é mencionado no termo de referência. Está correto o nosso entendimento?</p>	<p>Em resposta aos questionamentos dos itens 10.1.4 e 10.1.6, o entendimento não está correto. Para garantir a conformidade com as melhores práticas e normas arquivísticas nacionais, é essencial que o SIGAD requerido atenda aos requisitos estabelecidos pelo e-Arq Brasil. O e-Arq Brasil define diretrizes fundamentais para a gestão eletrônica de documentos, assegurando a autenticidade, integridade, confiabilidade e acessibilidade dos documentos arquivísticos.</p> <p>Mesmo na ausência de uma menção explícita ao e-Arq Brasil no termo de referência, acreditamos que o atendimento a esses requisitos é implícito, dado que o objetivo principal de um SIGAD é assegurar a gestão adequada e eficiente dos documentos arquivísticos. Dessa forma, o cumprimento das diretrizes do e-Arq Brasil é indispensável para garantir a qualidade e a conformidade do sistema proposto com os padrões arquivísticos reconhecidos.</p> <p>Portanto, reafirmamos que o SIGAD a ser implantado deve atender aos requisitos do e-Arq Brasil, garantindo assim a conformidade com as normas arquivísticas nacionais e a excelência na gestão documental.</p>
---	--

#### 2.3.2. QUANTO AOS ITENS 10.1.5 - EXIGÊNCIA DE RDC-ARQ

10.1.5. Prestação de serviço de implantação, parametrização e sustentação de um Repositório Arquivístico Digital Confiável -RDC-Arq, citando explicitamente quais foram os sistemas utilizados para preservação e disseminação dos documentos digitais;

2.3.2.1. No mesmo sentido, o requisito mencionado foi incluído no edital porque o objeto do certame abrange a instalação, implantação, suporte e sustentação de um RDC-Arq, além de se tratar de uma das parcelas do objeto com maior complexidade e valor significativo.

2.3.2.2. Ademais, a Representante não apresentou nenhum atestado que atendesse a esse requisito.

2.3.2.3. É importante ressaltar que um RDC-Arq não é equivalente a um ECM.

2.3.2.4. O RDC-Arq é um repositório especializado na preservação a longo prazo de documentos arquivísticos digitais, garantindo sua autenticidade, integridade e acesso futuro. Ele segue normas específicas de preservação digital, como o modelo OAIS.

2.3.2.5. Por outro lado, o ECM, conforme já exposto, é um sistema voltado para a gestão de conteúdo corporativo, como documentos, imagens e vídeos, com foco em produtividade, colaboração e eficiência, mas sem o mesmo rigor de preservação arquivística que é exigido de um RDC-Arq.

#### 2.3.3. QUANTO AO ITEM 10.4.3 - EXIGÊNCIA DE PROFISSIONAIS ARQUIVISTAS

10.4.3. No mínimo 02 Profissionais com formação superior em Arquivologia - Profissional especialista em organização de arquivos. O perfil de Arquivista é justificado pela intrínseca relação que os serviços previstos possuem com a atividade de arquivista, conforme o que preconiza a Lei nº 6.546/1978, considerando as especificidades de sigilo a serem resguardadas com relação ao tratamento do acervo documental da NOVACAP, além da garantia da qualidade técnica necessária a execução do serviço.

2.3.3.1. Foram exigidos dois profissionais com formação superior em Arquivologia por se tratar de um requisito mínimo de segurança para um projeto de tamanha complexidade.

2.3.3.2. O objeto abrange um grande acervo documental da NOVACAP, além de diversas atividades interconectadas, como a transferência ordenada, armazenamento, organização de documentos, aplicação de plano de classificação e tabela de temporalidade, digitalização, armazenagem eletrônica, consultoria, instalação de softwares arquivísticos, entre outras. Dessa forma, a alocação de apenas um arquivista poderia resultar em supervisão insuficiente de alguns serviços e/ou no não atendimento das especificidades de sigilo.

2.3.3.3. Por outro lado, com o objetivo de não gerar custos desnecessários, tampouco restringir a competitividade, o Termo de Referência prevê que a comprovação dos vínculos dos profissionais com a licitante poderia ser realizada por meio da apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), contrato social da licitante, contrato de prestação de serviço ou, ainda, Declaração de Contratação Futura do Profissional. Portanto, a apresentação de uma Declaração seria suficiente. Essa exigência está alinhada com a jurisprudência consolidada.

2.3.3.4. No entanto, a Representante apresentou apenas um profissional com formação em Arquivologia, deixando de cumprir integralmente o que foi exigido. Bastaria ter apresentado, por exemplo, uma Declaração referente a um segundo profissional, mas isso não foi feito.

2.3.3.5. A Representante também apresentou documentação de uma bibliotecária. Contudo, trata-se de uma profissional habilitada para atividades distintas das necessárias para a execução do objeto do certame.

2.3.3.6. O bibliotecário é especializado na organização, gestão e disponibilização de coleções de livros, revistas e outros materiais informacionais, com foco no acesso e disseminação do conhecimento. Já o arquivista trabalha com a gestão, preservação e controle de documentos, com o objetivo de garantir a integridade, autenticidade e preservação de informações históricas e administrativas, respeitando normas de temporalidade e arquivamento.

2.3.3.7. É de responsabilidade do licitante anexar a documentação relevante. Neste momento, o licitante não tem o direito de questionar o Edital, uma vez que houve prazo suficiente, conforme item 4 - Da Impugnação e do Pedido de Esclarecimento do Edital ([145799947](#)).

### 3. COMPETITIVIDADE E PREÇO DA PROPOSTA

3.1. No Art. 5º, da [Lei nº 14.133/2021](#), que estabelece normas para licitações e contrato:

Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#).

3.2. O renomado professor Marçal Justen Filho já nos ensinou que *"a maior vantagem ocorre quando a Administração assume o compromisso de realizar uma prestação menos onerosa, enquanto o particular se compromete a oferecer o melhor e mais completo prestação"*.

3.3. Ou seja, para determinar se estamos diante da proposta mais vantajosa para a Administração, não é suficiente apenas verificar se a oferta do licitante é a de menor preço. É necessário, principalmente, garantir que a proposta apresente a melhor e mais completa solução em relação à necessidade de exigência pela Administração, que justifica a realização da própria licitação.

3.4. Não adianta selecionar uma proposta com menor preço e, consequentemente, menor onerosidade para a Administração, se a solução oferecida não atender ao interesse primário ou secundário exposto pelo Poder Público no processo licitatório. Em termos jurídicos, é necessário que haja uma relação custo-benefício favorável à Administração para que a proposta seja, de fato, considerada a mais vantajosa.

3.5. É necessário que a vantagem econômica contida na proposta apresentada pelo particular à Administração, durante uma licitação, seja atualizada detalhadamente com o princípio da eficiência. Em resumo, o Estado deve desembolsar o menor valor possível e obter o máximo de resultado. Caso uma proposta de menor preço resultará em um benefício insignificante para a Administração, isso evidenciará que o princípio da economicidade foi totalmente desrespeitado durante o certame.

3.6. O objetivo da licitação, sob a perspectiva da seleção da proposta mais vantajosa, transcende a mera obtenção do menor custo para a Administração Pública. A licitação visa garantir que a contratação de bens ou serviços atenda de forma otimizada às necessidades públicas, proporcionando uma solução mais completa e eficaz. Assim, o conceito de "proposta mais vantajosa" não se limita à opção de menor valor, mas sim é que oferece a melhor relação custo-benefício, considerando a qualidade, a eficiência e a adequação ao objeto contratado. É essencial compreender que a proposta de menor preço nem sempre se traduz na solução mais eficiente ou adequada, e que os critérios de escolha devem englobar uma análise abrangente dos aspectos técnicos e econômicos para garantir a plena satisfação das necessidades da Administração Pública.

3.7. A licitação ofereceu ampla competitividade, com a participação de sete empresas, e resultou em um desconto significativo de 22,71% sobre o valor estimado, que era de R\$ 8.669.237,65 (oito milhões, seiscentos e sessenta e nove mil duzentos e trinta e sete reais e sessenta e cinco centavos), enquanto a proposta da empresa SOS TECNOLOGIA E GESTÃO DA INFORMACAO LTDA foi de R\$ 6.700.081,05 (seis milhões, setecentos mil oitenta e um reais e cinco centavos). A diferença entre as propostas da LINUS LOG LTDA ME e da SOS TECNOLOGIA E GESTAO DA INFORMACAO LTDA foi de apenas R\$ 81,05 (oitenta e um reais e cinco centavos) ou seja 0,0012%, um valor irrisório que não justifica a manutenção da LINUS LOG LTDA ME no certame, considerando sua inaptidão técnica.

### 4. SITUAÇÃO ATUAL DO PROCESSO

4.1. Considerando que a LINUS LOG LTDA ME não atendeu às exigências do Edital e seus anexos, a empresa foi desclassificada.

4.2. Em decorrência disso, a SOS TECNOLOGIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO LTDA foi convocada, tendo negociado o preço e enviado a documentação e proposta em conformidade com o exigido ([148106160](#), [148106236](#), [148106327](#), [148106665](#)).

4.3. Após a análise da documentação pela área técnica, conforme o Despacho NOVACAP/PRES/DA/DEMAP/DIPAD ([148787453](#)) e pela Auditoria da NOVACAP ([148160287](#)), que avaliou a qualificação financeira, a SOS TECNOLOGIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO LTDA atendeu aos requisitos solicitados. Em seguida, foi convocada através do Comunicado NOVACAP/PRES/DA/DEMAP/DIPAD ([149304051](#)) para apresentar a Prova de Conceito no prazo de cinco dias úteis, com base nos itens 10.3, 10.3.1 e 10.3.2 do Termo de Referência 4 ([145802985](#)).

4.4. Foi informado no sistema [Licitações-e](#) e no site da [NOVACAP](#) aos demais licitantes que participaram do Pregão Eletrônico nº 023/2024 – DECOMP/DA sobre a Prova de Conceito. Aqueles interessados em assistir deveriam agendar pelo e-mail [dipad@novacap.df.gov.br](mailto:dipad@novacap.df.gov.br).

4.5. Na data e horário agendados, a SOS TECNOLOGIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO LTDA compareceu à NOVACAP para realizar a Prova de Conceito e atendeu a todos os requisitos, conforme registrado na Ata da Prova de Conceito - 30/08/2024 ([150169871](#)).

4.6. Subsequentemente, o Pregoeiro declarou a SOS TECNOLOGIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO LTDA como vencedora do certame. Foi aberto o prazo para interposição de intenções de recurso, conforme os subitens 8.1 e 8.3 do Edital, e a LINUS LOG LTDA ME manifestou a intenção de recurso.

4.7. Considerando que r. Decisão nº 3.308/2024 - TCDF ([150609607](#)) determinou que a adjudicação e homologação do certame sejam realizadas após ulterior deliberação daquela Corte, esta Companhia entende que é possível prosseguir com a realização dos atos administrativos visando à celeridade e eficiência do processo. Contudo, a adjudicação e homologação serão efetivadas somente após a deliberação final do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF).

### 5. CONCLUSÃO

5.1. As exigências do edital da NOVACAP seguem as melhores práticas para gestão de arquivos e são essenciais para garantir que os documentos públicos sejam seguros, preservados e acessíveis. A empresa LINUS LOG LTDA ME não conseguiu atender a esses requisitos importantes, seja por causa de um sistema ECM inadequado, pela falta de um RDC-Arq ou pela ausência de profissionais qualificados em Arquivologia, o que justificou sua desclassificação.

5.2. No recurso apresentado, a empresa LINUS LOG LTDA ME, questiona o motivo de não ter havido diligências. Informamos que as diligências são realizadas quando a empresa deixa de cumprir um item específico, o que não foi o caso em questão, uma vez que a referida empresa, deixou de atender a quatro itens do Termo de Referência, que foram os itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6 e 10.4.3, conforme citações acima no item 2 - DA ANÁLISE TÉCNICA E JUSTIFICATIVA DAS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.

5.3. Com o exposto, solicitamos não ser acatado o recurso apresentado.

5.4. Diante do exposto, encaminhamos o presente processo, anuindo com a manifestação acima, e dando ciência ao recurso apresentado pela empresa LINUS LOG LTDA ME ([151845997](#)), como também da contrarrazão apresentada pela empresa SOS TECNOLOGIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO LTDA ([151846893](#)).



Documento assinado eletronicamente por **WALBER ROSA CIQUEIRA FILHO - Matr.0074857-9**, **Chefe da Divisão de Patrimônio e Administração de Documentos**, em 16/10/2024, às 15:14, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **152233775** código CRC= **5A2D79C9**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 71215-000 - DF  
Telefone(s): 3403-2370  
Site - [www.novacap.df.gov.br](http://www.novacap.df.gov.br)

00112-00011579/2023-09

Doc. SEI/GDF 152233775

**Assunto:** Resposta ao Recurso Administrativo ([151845997](#))

1. **DAS PRELIMINARES**

- 1.1. Trata-se do Recurso Administrativo interposto pela empresa **LINUS LOG LTDA** - ([151845997](#)), tendo em vista sua desclassificação.

2. **DA TEMPESTIVIDADE E CABIMENTO DO PRESENTE RECURSO**

- 2.1. A **LINUS LOG LTDA** protocolou o recurso administrativo em 12/09/2024 ([151845997](#)).
- 2.2. Primeiramente, cumpre demonstrar a tempestividade e o cabimento do presente recurso, uma vez que atende a todas as disposições da legislação vigente e do Instrumento Convocatório.
- 2.3. Dessa forma, a razão recursal é TEMPESTIVA.
- 2.4. Contra o referido recurso, não foi apresentada contrarrazão.

3. **DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE**

- 3.1. A Recorrente, em suas Razões de Recurso ([151845997](#)), alegou em suma:
- a) Seja acatado o presente recurso, garantido o direito à diligência para sanar quaisquer dúvidas acerca do atendimento aos requisitos do objeto licitado, permitindo-se a apresentação da documentação correta que já existia à época da sessão do determinado; e
- b) Seja mantida a decisão de arrematante da LINUS LOG, garantindo-se a oportunidade de comprovação da capacidade técnica por meio da Prova de Conceito (POC), conforme previsto no edital.

4. **DAS ALEGAÇÕES DA RECORRIDA**

- 4.1. A Recorrida SOS TECNOLOGIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO LTDA , em Contrarrazões ([151846893](#))), refutou todas as alegações da recorrente e ao final requereu:
- a) Seja julgada improcedente a representação formulada pela empresa Linus Log LTDA, mantendo-se a decisão da Comissão de Licitação que desclassificou a empresa do certame, visto que a mesma não conseguiu comprovar o cumprimento dos requisitos técnicos exigidos pelo Edital, especialmente a implantação de um SIGAD, a sustentação de um

RDC-Arq, e a contratação de profissionais qualificados em Arquivologia; e

b) Seja assegurada a adjudicação do objeto do certame à SOS Tecnologia e Gestão da Informação LTDA, em conformidade com o princípio da melhor administração, da boa gestão dos recursos públicos e da legalidade.

4.2. É o breve relatório.

## 5. DA ANÁLISE DO RECURSO

5.1. Por se tratar de aspectos eminentemente técnicos, a Divisão de Patrimônio e Administração de Documentos (DIPAD) foi instada a se manifestar, e respondeu a demanda através do Despacho NOVACAP/PRES/DA/DEMAP/DIPAD ([152233775](#)) abaixo transcrito:

### 1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROJETO E NECESSIDADE DE GESTÃO DOCUMENTAL ADEQUADA

1.1. A NOVACAP, ao enfrentar desafios relacionados ao armazenamento físico de seu acervo documental, identificou a necessidade de modernizar sua gestão documental. O arquivo atual não possui as condições adequadas de segurança e preservação. A gestão terceirizada de documentos tem se mostrado uma prática recorrente na administração pública, permitindo economia de espaço, eficiência na localização de documentos, e preservação em ambientes apropriados.

1.2. A adoção de um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD) é essencial para organizar o acervo, garantir a preservação, e permitir o acesso a documentos de forma segura e eficiente. Isso também promove redução de custos com recursos humanos e materiais, além de melhorar a produtividade e transparência em consonância com a Lei de Acesso à Informação.

1.3. Toda organização tem por objetivo a redução de custos: gastos com material de expediente, gastos com segurança, custas processuais e inclusive de tempo.

1.4. Objetivando aumentar a segurança e a eficiência dos serviços oferecidos aos cidadãos faz-se necessário a organização do arquivo em um único local, focando o tratamento do ciclo de vida da informação como estratégia de administração pública.

1.5. O acervo arquivístico requer soluções que incluam procedimentos técnicos adequados, informatização, recursos humanos, materiais, instalações físicas, segurança, enfim, uma estrutura completa, permitindo que a Novacap possa dar enfoque para os assuntos de sua competência com mais eficiência e eficácia.

1.6. A Gestão Documental é fundamental para garantir o bom funcionamento da NOVACAP, de seus vários setores administrativos e de Fiscalização para que haja a racionalização dos recursos otimização do uso de espaços físicos, além do acesso à informação pelos usuários, sejam estes internos ou externos.

1.7. Este acesso é assegurado pela Constituição Federal, em seu Art. 5º, Inciso XXXIII – “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”. Conforme disposto no Art. 1º da [Lei n.º 8.159/1991](#), sobre política nacional de arquivos públicos e privados, “é dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação”.

1.8. Ademais, vale ressaltar que a digitalização dos processos finalísticos fomenta a transparência e o acesso a informação pública produzida pela NOVACAP, bem como representam economicidade na tramitação e atendimento de suas atividades.

1.9. A contratação dos serviços ora propostos reveste-se de uma importância singular, pois visa sanar problemas decorrentes de acúmulo indevido e tratamento inadequado de documentos e processos no Arquivo Geral desta Companhia, bem como trazer segurança e agilidade na recuperação de informações referentes aos seus processos de programas e projetos.

1.10. Buscamos a solução de SIGAD para garantir a conversão do documento em suporte papel substituto legal digital, através da adesão da certificação digital nos moldes ICP-Brasil de processos administrativos de gestão de pessoas acumulados, sob a guarda e consulta desta Companhia, anteriores a implantação do SEI-DF, promovendo, assim, sua posterior eliminação.

1.11. A guarda do acervo da NOVACAP não consiste somente em manter a integridade de documentos essenciais, que contêm informações fundamentais ao perfeito funcionamento do órgão. O tratamento da documentação objetiva, além de preservar o Administrador Público das responsabilidades penais, civis e administrativas, assegurar o bom andamento das



atividades da instituição.

1.12. A organização do acervo e boas práticas de gestão de documentos servem ainda para garantir o cumprimento da [Lei n.º 12.527](#), de 18 de novembro de 2011 que regula o acesso às informações a qualquer cidadão, ressalvadas o sigilo, sendo imprescindível que as informações estejam organizadas para o atendimento das demandas de acesso.

1.13. O acesso a informação contida nesses processos precisa ser facilitado. Sendo convertidos em suporte digital, a consulta de dados e recuperação das informações se dá de forma mais ampla, rápida e eficaz, tornando possível seu tramite e atualização com a presteza necessária ao pronto atendimento dos empresários, órgãos de controle e execução por parte dos servidores desta Companhia.

1.14. E, finalmente, a contratação de empresa privada através de procedimentos previstos na [Lei nº 13.303/2016](#) e no [Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP](#), se justifica na impossibilidade operacional desta Companhia de realização das atividades descritas neste instrumento, contratando a prestação de tais serviços como atividades acessórias de suporte à consecução de suas atividades finalísticas bem como no cumprimento de suas atribuições legais como instituição mantenedora de acervos documentais.

## 2. DA ANÁLISE TÉCNICA E JUSTIFICATIVA DAS EXIGÊNCIAS DO EDITAL

2.1. O Pregão Eletrônico nº 023/2024 ([145799947](#)) foi estruturado para atender às demandas de gestão documental da NOVACAP. As exigências técnicas estabelecidas no Termo de Referência nº 4 ([145802985](#)) são essenciais para garantir a correta execução do objeto licitado.

2.2. Assim, transcrevemos a conclusão da análise realizada da empresa LINUS LOG LTDA, que foi realizada por meio do Despacho NOVACAP/PRES/CSAD395-2020 ([147509695](#)):

Quanto à **Habilitação Técnica**:

A empresa não atendeu os seguintes itens:

ITEM DO Termo de Referência 4 ( <a href="#">145802985</a> )	ANÁLISE
10.1.4. Disponibilização de ferramenta de um SIGAD (Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos) e Armazenagem de documentos eletrônicos, em ambiente especializado;	Não apresentou atestado de que forneceu um SIGAD conforme exigido.
10.1.5. Prestação de serviço de implantação, parametrização e sustentação de um Repositório Arquivístico Digital Confiável - RDC-Arq, citando explicitamente quais foram os sistemas utilizados para preservação e disseminação dos documentos digitais;	Não houve a comprovação de que a empresa implantou, parametrizou e sustentou um Repositório Arquivístico Digital Confiável - RDC-Arq, citando explicitamente quais foram os sistemas utilizados para a preservação e disseminação dos documentos digitais.
10.1.6. Prestação de serviço de implantação, parametrização e sustentação de um SIGAD, por um período superior a 12 (doze) meses.	Não houve a comprovação de que a empresa prestou os serviços de implantação, parametrização e sustentação de um SIGAD, de acordo com o CONARQ, por um período de superior de 12 (doze) meses.
10.4.3. No mínimo 02 Profissionais com formação superior em Arquivologia - Profissional especialista em organização de arquivos. O perfil de Arquivista é justificado pela intrínseca relação que os serviços previstos possuem com a atividade de arquivista, conforme o que preconiza a Lei nº 6.546/1978, considerando as especificidades de sigilo a serem resguardadas com relação ao	Não Atendeu. Apresentou apenas um profissional com formação em Arquivologia.

Quanto ao item 10.3 do Termo de Referência 4 ([145802985](#)):

10.3. A arrematante na etapa de lances, devidamente habilitada, será submetida à PROVA DE CONCEITO.

10.3.1. A licitante arrematante será comunicada para realizar a Prova de Conceito, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, objetivando a comprovação de conformidade técnica com os parâmetros definidos, após convocação da área técnica.

10.3.2. Serão exigidas demonstrações práticas de cada um dos requisitos abaixo relacionados. A licitante deverá atender aos percentuais mínimos de 100% (cem por cento) dos requisitos do Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos - SIGAD, sob pena de desclassificação.

Tendo em vista que a arrematante não cumpriu o exigido nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6 e 10.4.3 não há necessidade de realizar a prova de conceito.

Posto isso, restituímos os autos para envio ao Departamento de Compras (DECOMP) visando o prosseguimento da contratação.

2.3. Para maior clareza, destacamos que:

#### **2.3.1. QUANTO AOS ITENS 10.1.4 E 10.1.6 - EXIGÊNCIA DO SIGAD**

*10.1.4. Disponibilização de ferramenta de um SIGAD (Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos) e Armazenagem de documentos eletrônicos, em ambiente especializado;*

*10.1.6. Prestação de serviço de implantação, parametrização e sustentação de um SIGAD, por um período superior a 12 (doze) meses.*

2.3.1.1. Os requisitos acima foram incluídos no edital porque o objeto do certame engloba as referidas atividades e, também, por se tratarem de algumas das parcelas do objeto de maior complexidade e com valor significativo. O SIGAD é um sistema muito específico e fundamental para o sucesso do projeto.

2.3.1.2. Além disso, embora a Representante tenha afirmado que apresentou atestados suficientes para a sua habilitação, na verdade, foi apresentado apenas um atestado referente a um sistema de Enterprise Content Management (ECM), que é diferente e tem finalidades distintas das de um SIGAD.

2.3.1.3. Embora ambos os sistemas estejam relacionados à gestão de documentos e conteúdos, eles possuem características distintas em termos de foco e funcionalidades.

2.3.1.4. O SIGAD é voltado para a gestão arquivística de documentos, ou seja, lida com a administração de documentos de forma organizada e controlada, seguindo normas arquivísticas e legais, especialmente as definidas pelo CONARQ. O principal objetivo do SIGAD é garantir que os documentos sejam corretamente classificados, armazenados, preservados e eliminados quando não forem mais necessários, respeitando prazos de guarda e políticas de preservação. Já o ECM é um conjunto de ferramentas e estratégias utilizadas para capturar, gerenciar e distribuir conteúdo e documentos de uma organização, sem o mesmo rigor ou foco na preservação arquivística.

2.3.1.5. O SIGAD está vinculado a requisitos legais e normas de arquivamento, como temporalidade documental, sigilo e segurança da informação. Por outro lado, o ECM é mais voltado para a gestão do ciclo de vida completo do conteúdo, priorizando a produtividade, o fácil acesso e a integração com outros sistemas.

2.3.1.6. Portanto, tratam-se de ferramentas distintas e, ao contrário do que a Representante tentou fazer parecer, um ECM não abrange um SIGAD. Dessa forma, um atestado de disponibilização de ECM, de maneira alguma, atende ao requisito de habilitação referente ao fornecimento de um SIGAD.

2.3.1.7. Neste contexto, uma empresa enviou questionamentos referentes aos itens 10.1.4 e 10.1.6 ([146290913](#)), conforme disposto no item 4 - Da Impugnação e do Pedido de Esclarecimento do Edital ([145799947](#)). Estes questionamentos foram respondidos por meio do Comunicado NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC ([146657521](#)).



<p>4 - De acordo com o Termo de Referência, quando são pedidos nos itens:</p> <p>10.1.4. Disponibilização de ferramenta de um SIGAD (Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos) e Armazenagem de documentos eletrônicos, em ambiente especializado;</p> <p>10.1.6. Prestação de serviço de implantação, parametrização e sustentação de um SIGAD, por um período superior a 12 (doze) meses.</p> <p>Entende-se que SIGAD neste caso seja um Sistema Informatizado para Gestão Arquivística dos Documentos objeto deste Edital, atendendo aos requisitos discriminados no Edital e seus anexos, não sendo necessário atendimento direto aos requisitos do e-Arq Brasil, que não é mencionado no termo de referência. Está correto o nosso entendimento?</p>	<p>Em resposta aos questionamentos dos itens 10.1.4 e 10.1.6, o entendimento não está correto. Para garantir a conformidade com as melhores práticas e normas arquivísticas nacionais, é essencial que o SIGAD requerido atenda aos requisitos estabelecidos pelo e-Arq Brasil. O e-Arq Brasil define diretrizes fundamentais para a gestão eletrônica de documentos, assegurando a autenticidade, integridade, confiabilidade e acessibilidade dos documentos arquivísticos.</p> <p>Mesmo na ausência de uma menção explícita ao e-Arq Brasil no termo de referência, acreditamos que o atendimento a esses requisitos é implícito, dado que o objetivo principal de um SIGAD é assegurar a gestão adequada e eficiente dos documentos arquivísticos. Dessa forma, o cumprimento das diretrizes do e-Arq Brasil é indispensável para garantir a qualidade e a conformidade do sistema proposto com os padrões arquivísticos reconhecidos.</p> <p>Portanto, reafirmamos que o SIGAD a ser implantado deve atender aos requisitos do e-Arq Brasil, garantindo assim a conformidade com as normas arquivísticas nacionais e a excelência na gestão documental.</p>
---	--

### 2.3.2. QUANTO AOS ITEM 10.1.5 - EXIGÊNCIA DE RDC-ARQ

*10.1.5. Prestação de serviço de implantação, parametrização e sustentação de um Repositório Arquivístico Digital Confiável -RDC-Arq, citando explicitamente quais foram os sistemas utilizados para preservação e disseminação dos documentos digitais;*

2.3.2.1. No mesmo sentido, o requisito mencionado foi incluído no edital porque o objeto do certame abrange a instalação, implantação, suporte e sustentação de um RDC-Arq, além de se tratar de uma das parcelas do objeto com maior complexidade e valor significativo.

2.3.2.2. Ademais, a Representante não apresentou nenhum atestado que atendessem a esse requisito.

2.3.2.3. É importante ressaltar que um RDC-Arq não é equivalente a um ECM.

2.3.2.4. O RDC-Arq é um repositório especializado na preservação a longo prazo de documentos arquivísticos digitais, garantindo sua autenticidade, integridade e acesso futuro. Ele segue normas específicas de preservação digital, como o modelo OAIS.

2.3.2.5. Por outro lado, o ECM, conforme já exposto, é um sistema voltado para a gestão de conteúdo corporativo, como documentos, imagens e vídeos, com foco em produtividade, colaboração e eficiência, mas sem o mesmo rigor de preservação arquivística que é exigido de um RDC-Arq.

### 2.3.3 QUANTO AO ITEM 10.4.3 - EXIGÊNCIA DE PROFISSIONAIS ARQUIVISTAS

*10.4.3. No mínimo 02 Profissionais com formação superior em Arquivologia - Profissional especialista em organização de arquivos. O perfil de Arquivista é justificado pela intrínseca relação que os serviços previstos possuem com a atividade de arquivista, conforme o que preconiza a Lei nº 6.546/1978, considerando as especificidades de sigilo a serem resguardadas com relação ao tratamento do acervo documental da NOVACAP, além da garantia da qualidade técnica necessária a execução do serviço.*

2.3.3.1. Foram exigidos dois profissionais com formação superior em Arquivologia por se tratar de um requisito mínimo de segurança para um projeto de tamanha complexidade.

2.3.3.2. O objeto abrange um grande acervo documental da NOVACAP, além de diversas atividades interconectadas, como a transferência ordenada, armazenamento, organização de documentos, aplicação de plano de classificação e tabela de temporalidade, digitalização, armazenagem eletrônica, consultoria, instalação de softwares arquivísticos, entre outras. Dessa forma, a alocação de apenas um arquivista poderia resultar em supervisão insuficiente de alguns serviços e/ou no não atendimento das especificidades de sigilo.

2.3.3.3. Por outro lado, com o objetivo de não gerar custos desnecessários, tampouco restringir a competitividade, o Termo de Referência prevê que a comprovação dos vínculos dos profissionais com a licitante poderia ser realizada por meio da apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), contrato social da licitante, contrato de prestação de serviço ou, ainda, Declaração de Contratação Futura do Profissional. Portanto, a apresentação de uma Declaração seria suficiente. Essa exigência está alinhada com a jurisprudência consolidada.

2.3.3.4. No entanto, a Representante apresentou apenas um profissional com formação em Arquivologia, deixando de cumprir integralmente o que foi exigido. Bastaria ter apresentado, por exemplo, uma Declaração referente a um segundo profissional, mas isso não foi feito.

2.3.3.5. A Representante também apresentou documentação de uma bibliotecária. Contudo, trata-se de uma profissional habilitada para atividades distintas das necessárias para a execução do objeto do certame.

2.3.3.6. O bibliotecário é especializado na organização, gestão e disponibilização de coleções de livros, revistas e outros materiais informacionais, com foco no acesso e disseminação do conhecimento. Já o arquivista trabalha com a gestão, preservação e controle de documentos, com o objetivo de garantir a integridade, autenticidade e preservação de informações históricas e administrativas, respeitando normas de temporalidade e arquivamento.

2.3.3.7. É de responsabilidade do licitante anexar a documentação relevante. Neste momento, o licitante não tem o direito de questionar o Edital, uma vez que houve prazo suficiente, conforme item 4 - Da Impugnação e do Pedido de Esclarecimento do Edital ([145799947](#)).

### 3. COMPETITIVIDADE E PREÇO DA PROPOSTA

3.1. No Art. 5º, da [Lei nº 14.133/2021](#), que estabelece normas para licitações e contrato:

Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do [Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 \(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro\)](#).

3.2. O renomado professor Marçal Justen Filho já nos ensinou que *"a maior vantagem ocorre quando a Administração assume o compromisso de realizar uma prestação menos onerosa, enquanto o particular se compromete a oferecer o melhor e mais completo prestação"*.

3.3. Ou seja, para determinar se estamos diante da proposta mais vantajosa para a Administração, não é suficiente apenas verificar se a oferta do licitante é a de menor preço. É necessário, principalmente, garantir que a proposta apresente a melhor e mais completa solução em relação à necessidade de exigência pela Administração, que justifica a realização da própria licitação.

3.4. Não adianta selecionar uma proposta com menor preço e, conseqüentemente, menor onerosidade para a Administração, se a solução oferecida não atender ao interesse primário ou secundário exposto pelo Poder Público no processo licitatório. Em termos jurídicos, é necessário que haja uma relação custo-benefício favorável à Administração para que a proposta seja, de fato, considerada a mais vantajosa.

3.5. É necessário que a vantagem econômica contida na proposta apresentada pelo particular à Administração, durante uma licitação, seja atualizada detalhadamente com o princípio da eficiência. Em resumo, o Estado deve desembolsar o menor valor possível e obter o máximo de resultado. Caso uma proposta de menor preço resultará em um benefício insignificante para a Administração, isso evidenciará que o princípio da economicidade foi totalmente desrespeitado durante o certame.

3.6. O objetivo da licitação, sob a perspectiva da seleção da proposta mais vantajosa, transcende a mera obtenção do menor custo para a Administração Pública. A licitação visa garantir que a contratação de bens ou serviços atenda de forma otimizada às necessidades públicas, proporcionando uma solução mais completa e eficaz. Assim, o conceito de "proposta mais vantajosa" não se limita à opção de menor valor, mas sim é que oferece a melhor relação custo-benefício, considerando a qualidade, a eficiência e a adequação ao objeto contratado. É essencial compreender que a proposta de menor preço nem sempre se traduz na solução mais eficiente ou adequada, e que os critérios de escolha devem englobar uma análise abrangente dos aspectos técnicos e econômicos para garantir a plena satisfação das necessidades da Administração Pública.

3.7. A licitação ofereceu ampla competitividade, com a participação de sete empresas, e resultou em um desconto significativo de 22,71% sobre o valor estimado, que era de R\$ 8.669.237,65 (oito milhões, seiscentos e sessenta e nove mil duzentos e trinta e sete reais e sessenta e cinco centavos), enquanto a proposta da empresa SOS TECNOLOGIA E GESTAO DA INFORMACAO LTDA foi de R\$ 6.700.081,05 (seis milhões, setecentos mil oitenta e um reais e cinco centavos). A diferença entre as propostas da LINUS LOG LTDA ME e da SOS

TECNOLOGIA E GESTAO DA INFORMACAO LTDA foi de apenas R\$ 81,05 (oitenta e um reais e cinco centavos) ou seja 0,0012%, um valor irrisório que não justifica a manutenção da LINUS LOG LTDA ME no certame, considerando sua inaptidão técnica.

#### 4. SITUAÇÃO ATUAL DO PROCESSO

4.1. Considerando que a LINUS LOG LTDA ME não atendeu às exigências do Edital e seus anexos, a empresa foi desclassificada.

4.2. Em decorrência disso, a SOS TECNOLOGIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO LTDA foi convocada, tendo negociado o preço e enviado a documentação e proposta em conformidade com o exigido ([148106160](#), [148106236](#), [148106327](#), [148106665](#)).

4.3. Após a análise da documentação pela área técnica, conforme o Despacho NOVACAP/PRES/DA/DEMAP/DIPAD ([148787453](#)) e pela Auditoria da NOVACAP ([148160287](#)), que avaliou a qualificação financeira, a SOS TECNOLOGIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO LTDA atendeu aos requisitos solicitados. Em seguida, foi convocada através do Comunicado NOVACAP/PRES/DA/DEMAP/DIPAD ([149304051](#)) para apresentar a Prova de Conceito no prazo de cinco dias úteis, com base nos itens 10.3, 10.3.1 e 10.3.2 do Termo de Referência 4 ([145802985](#)).

4.4. Foi informado no sistema [Licitações-e](#) e no site da [NOVACAP](#) aos demais licitantes que participaram do Pregão Eletrônico nº 023/2024 – DECOMP/DA sobre a Prova de Conceito. Aqueles interessados em assistir deveriam agendar pelo e-mail [dipad@novacap.df.gov.br](mailto:dipad@novacap.df.gov.br).

4.5. Na data e horário agendados, a SOS TECNOLOGIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO LTDA compareceu à NOVACAP para realizar a Prova de Conceito e atendeu a todos os requisitos, conforme registrado na Ata da Prova de Conceito - 30/08/2024 ([150169871](#)).

4.6. Subsequentemente, o Pregoeiro declarou a SOS TECNOLOGIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO LTDA como vencedora do certame. Foi aberto o prazo para interposição de intenções de recurso, conforme os subitens 8.1 e 8.3 do Edital, e a LINUS LOG LTDA ME manifestou a intenção de recurso.

4.7. Considerando que r. Decisão nº 3.308/2024 - TCDF ([150609607](#)) determinou que a adjudicação e homologação do certame sejam realizadas após ulterior deliberação daquela Corte, esta Companhia entende que é possível prosseguir com a realização dos atos administrativos visando à celeridade e eficiência do processo. Contudo, a adjudicação e homologação serão efetivadas somente após a deliberação final do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF).

#### 5. CONCLUSÃO

5.1. As exigências do edital da NOVACAP seguem as melhores práticas para gestão de arquivos e são essenciais para garantir que os documentos públicos sejam seguros, preservados e acessíveis. A empresa LINUS LOG LTDA ME não conseguiu atender a esses requisitos importantes, seja por causa de um sistema ECM inadequado, pela falta de um RDC-Arq ou pela ausência de profissionais qualificados em Arquivologia, o que justificou sua desclassificação.

5.2. No recurso apresentado, a empresa LINUS LOG LTDA ME, questiona o motivo de não ter havido diligências. Informamos que as diligências são realizadas quando a empresa deixa de cumprir um item específico, o que não foi o caso em questão, uma vez que a referida empresa, deixou de atender a quatro itens do Termo de Referência, que foram os itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6 e 10.4.3, conforme citações acima no item **2 - DA ANÁLISE TÉCNICA E JUSTIFICATIVA DAS EXIGÊNCIAS DO EDITAL**.

5.3. Com o exposto, solicitamos não ser acatado o recurso apresentado.

5.4. Diante do exposto, encaminhamos o presente processo, anuindo com a manifestação acima, e dando ciência ao recurso apresentado pela empresa LINUS LOG LTDA ME ([151845997](#)), como também da contrarrazão apresentada pela empresa SOS TECNOLOGIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO LTDA ([151846893](#)).

#### 6. CONCLUSÃO

6.1. Respalhando-se nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, concluiu-se pelo recebimento do recurso da empresa **LINUS LOG LTDA ME** ([151845997](#)), e, no mérito, lhe seja **NEGADO PROVIMENTO**, de forma a:

a) Manter a desclassificação da Recorrente, tendo em vista que os motivos para desclassificação da RECORRENTE permanecem, nos termos dos Despachos NOVACAP/PRES/CSAD395-2020 ([147509695](#)) e NOVACAP/PRES/DA/DEMAP/DIPAD ([152233775](#)).

6.2. Encaminhem-se os autos à decisão superior do Senhor Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, em atenção ao art. 76, inciso VII, do [Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP](#) e à legislação pertinente.

Atenciosamente,

**ROOSEVELTH ALVES DA SILVA**

- Pregoeiro -



Documento assinado eletronicamente por **ROOSEVELTH ALVES DA SILVA - Matr.0074369-0, Pregoeiro(a)**, em 23/10/2024, às 16:46, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **154314134** código CRC= **B68416FB**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF  
Telefone(s):  
Sítio - [www.novacap.df.gov.br](http://www.novacap.df.gov.br)

00112-00011579/2023-09

Doc. SEI/GDF 154314134



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL**  
Diretoria Jurídica  
Departamento Jurídico Consultivo

Parecer SEI-GDF n.º 681/2024 - NOVACAP/PRES/DJ/DCO

**Processo nº** 00112-00011579/2023-09

**Interessado:** Presidência

**Assunto:** Recurso Administrativo – Edital de Pregão Eletrônico- Registro de Preços nº 023/2024

**Ementa:** Análise jurídico-formal do recurso apresentado contra a classificação e habilitação de licitante do Pregão Eletrônico nº023/2024, cujo objeto é contratação de empresa especializada para a prestação de Serviços Técnicos de Tratamento da Informação e Gestão Documental, incluindo serviços complementares de Digitalização para atender a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap.

Senhor Chefe do Departamento Jurídico Consultivo,

1. **RELATÓRIO**

1. Trata-se o presente processo do Edital de Pregão Eletrônico nº023/2024 ([145799947](#)), cujo objeto contratação de empresa especializada para a prestação de Serviços Técnicos de Tratamento da Informação e Gestão Documental, incluindo serviços complementares de Digitalização para atender a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap.

2. Após diversos trâmites, houve a apresentação de diversos recursos quanto ao resultado do certame, que foram remetidos à Presidência para julgamento.

3. A Presidência, por sua vez, submeteu os autos a esta Diretoria para análise, de modo a subsidiar a decisão a ser proferida, nos seguintes termos:

Trata o presente do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 023/2024 - SRP - DECOMP/DA, cujo objeto é Registro de Preços para contratação de empresa especializada para a prestação de Serviços Técnicos de Tratamento da Informação e Gestão Documental, incluindo serviços complementares de Digitalização para atender a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap, de acordo com as especificações técnicas do Termo de Referência e Edital e seus anexos.

A Comissão Permanente de Licitação - CPL, por meio do Relatório Nº 158/2024–NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC ([154314134](#)), decidiu pelo recebimento do recurso recurso da empresa LINUS LOG LTDA ME ([151845997](#)), e, no mérito, sugere que seja NEGADO PROVIMENTO ao recurso da recorrente, para manter vencedora do certame a empresa SOS TECNOLOGIA E GESTAO DA INFORMACAO LTDA.

Aberto o prazo de contrarrazões, a empresa SOS TECNOLOGIA E GESTAO DA INFORMACAO LTDA ([151846893](#)) apresentou suas considerações ([148428653](#)) em face ao recurso interposto.

Os autos foram encaminhados a esta Presidência pelo Departamento de Compras, mediante o Despacho - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC ([154364863](#)), para decisão acerca do recurso interposto pela licitante, conforme preconiza o artigo 124 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP. Desta forma, visando dar embasamento jurídico à decisão a ser tomada por esta Presidência, conforme determina o artigo 26, XI do Estatuto



Social da NOVACAP, encaminhamos os autos para análise, no que couber, e parecer acerca do Relatório citado e do recurso interposto pela empresa referenciada.

4. Além de interpor recurso administrativo, a empresa apresentou representação no TCDF com os seguintes argumentos extraídos da Informação nº 183/2024-DIGEM (peça nº 38):

que apresentou o menor preço, no valor de R\$ 6.700.000,00; que foi desclassificada por não atender aos requisitos dos itens 10.1.4, 10.1.5 e 10.1.6 do Termo de Referência; que os atestados apresentados comprovam a prestação de serviços com software Enterprise Content Manager – ECM e atenderiam às exigências editalícias; que outro motivo para a sua inabilitação foi a apresentação de documentação referente a apenas um profissional com formação de arquivista, enquanto o edital, no item 10.4.3 do Termo de Referência, exigia dois arquivistas; que apresentou “... documentos (arquivos) para os dois profissionais (conforme se pode observar em imagem infra), porém, um dos documentos estava nominado de forma equivocada, se tratava dos documentos de nossa Bibliotecária, que aliás não foi solicitado para compor a habilitação técnica do processo. Que por sua vez é de se estranhar, considerando que o certame exige que a empresa licitante esteja em conformidade com os requisitos basilares do CONARQ, sendo de suma importância a existência em corpo técnico de um Bibliotecário regulamentado pelo Conselho de Classe (CRB)”; que sua proposta seria a mais vantajosa para a Administração Pública, tanto financeiramente quanto tecnicamente, conforme o princípio da melhor administração. Cita o jurista Sérgio Ferraz para defender que a Administração deve optar pela melhor alternativa, e a desclassificação foi, em seu entendimento, baseada em critérios injustificados.

5. O Plenário do Tribunal de Contas do Distrito Federal, por meio da Decisão nº 4152/2024 ([155273450](#)), deliberou:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Ofício nº 2590/2024 - NOVACAP/PRES (Peça nº 28) com documentos anexos constantes do Processo de Barramento nº 00600- 00010835/2024-85 (Peça nº 29); b) da manifestação da empresa SOS Tecnologia e Gestão da Informação Ltda. (Peça nº 26); c) das contrarrazões apresentadas pela empresa Linus Log Ltda. (Peça nº 37); d) das demais peças juntadas aos autos; II – considerar: a) atendido o item II da Decisão nº 3.308/2024; **b) no mérito, improcedente a representação (Peça nº 8) formulada pela empresa Linus Log Ltda.;** III – **em decorrência da improcedência da representação, revogar a medida cautelar deferida na alínea “a” do item II da Decisão nº 3.308/2024 e, por conseguinte, autorizar a continuidade do Pregão Eletrônico nº 023/2024;** IV – autorizar: a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à Novacap, aos representantes das empresas Linus Log Ltda. e SOS Tecnologia e Gestão da Informação Ltda.; b) a restituição dos autos à Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura, Mobilidade e Segurança Pública, para fins de arquivamento. **(grifo nosso).**

6. É o relatório.

## 2. ANÁLISE

7. A princípio se esclarece que esta análise se restringe aos aspectos jurídicos do procedimento, não sendo objeto deste parecer a avaliação quanto à oportunidade e conveniência do gestor, nem em relação a aspectos técnicos, econômicos e orçamentários. A função da unidade de assessoramento jurídico é apontar possíveis riscos e recomendar providências para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real necessidade de se adotar ou não a precaução sugerida.

8. Desse modo, a análise realizada não adentra no mérito decisório do Gestor Público nem na análise técnica de competência dos diversos setores desta Companhia, sob pena de ofensa ao princípio da segregação de funções e usurpação de competência.

9. Verificada essa questão, passa-se à análise.

10. O Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP institui, nos moldes do art. 123, que a autoridade que praticou o ato recorrido poderá reconsiderar sua decisão objeto do recurso, ou decidindo manter a decisão, encaminhará o processo à autoridade superior, acompanhada de relatório circunstanciado sobre as razões do recurso, contrarrazões, descrição dos atos praticados e os argumentos técnicos ou jurídicos que desconstituem os argumentos lançados, apresentado, também, proposta de decisão.

11. A interposição de recurso administrativo é cabível contra atos decisórios da Licitante nos casos de habilitação ou inabilitação, julgamento das propostas, anulação ou revogação da licitação, indeferimento do pedido



de inscrição em registro-cadastral, sua alteração ou cancelamento.

12. No caso, a empresa **LINUS LOG LTDA.** ([151845997](#)) interpôs recurso da decisão que a desclassificou. Em impugnação ao recurso apresentado, a empresa SOS Tecnologia e Gestão da Informação LTDA. apresentou contrarrazões ([151846893](#)).

13. De se esclarecer que o recurso em licitação pública é peça de necessário controle administrativo, em que a licitante que teve seu direito ou pretensão, em tese, prejudicado, tem a oportunidade de desafiar a decisão que lhe é desfavorável, com vistas à reconsideração do poder público.

14. De outro norte, as contrarrazões geram a oportunidade de revide técnico, pautada na ampla defesa e no contraditório, em que a licitante interessada defende a sua manutenção ou de outrem, nas condições da decisão lavrada.

15. Evidencia-se, portanto, que ambos são institutos importantes e devem ser bem recepcionados pela administração, desde que não sejam protelatórios. Se utilizados com responsabilidade e, sobretudo, com lealdade e fundamentos adequados, torna-se pilar da defesa do interesse público.

16. Nesse contexto, sob o aspecto formal, verifica-se a regularidade e tempestividade dos recursos e contrarrazões apresentadas, preenchendo as condições de admissibilidade, aptos a serem analisados e julgados pela autoridade competente.

17. Pois bem. No que tange ao mérito do recurso, extrai-se das razões apresentadas pela empresa por não atender aos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6. (relacionados à disponibilização e sustentação de ferramentas como SIGAD e Repositório Arquivístico Digital Confiável - RDC-Arq) e 10.4.3 (que exige a comprovação de dois profissionais com formação superior em Arquivologia).

18. Por sua vez, a recorrida aduz que as razões da recorrente não merecem prosperar, visto que a empresa não conseguiu comprovar o cumprimento dos requisitos técnicos exigidos pelo Edital.

19. A área técnica, instada a se manifestar sobre o recurso e as contrarrazões, assim concluiu no Despacho - NOVACAP/PRES/DA/DEMAP/DIPAD ([152233775](#)):

As exigências do edital da NOVACAP seguem as melhores práticas para gestão de arquivos e são essenciais para garantir que os documentos públicos sejam seguros, preservados e acessíveis. A empresa LINUS LOG LTDA ME não conseguiu atender a esses requisitos importantes, seja por causa de um sistema ECM inadequado, pela falta de um RDC-Arq ou pela ausência de profissionais qualificados em Arquivologia, o que justificou sua desclassificação.

No recurso apresentado, a empresa LINUS LOG LTDA ME, questiona o motivo de não ter havido diligências. Informamos que as diligências são realizadas quando a empresa deixa de cumprir um item específico, o que não foi o caso em questão, uma vez que a referida empresa, deixou de atender a quatro itens do Termo de Referência, que foram os itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6 e 10.4.3, conforme citações acima no item **2 - DA ANÁLISE TÉCNICA E JUSTIFICATIVA DAS EXIGÊNCIAS DO EDITAL.**

Com o exposto, solicitamos não ser acatado o recurso apresentado.

Diante do exposto, encaminhamos o presente processo, anuindo com a manifestação acima, e dando ciência ao recurso apresentado pela empresa LINUS LOG LTDA ME ([151845997](#)), como também da contrarrazão apresentada pela empresa SOS TECNOLOGIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO LTDA ([151846893](#)).

20. A conclusão da área técnica é corroborada pela Decisão nº 4152/2024 do Plenário do Tribunal de Contas do Distrito Federal ([155273450](#)) , ao proceder à análise da representação apresentada pela empresa:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Ofício nº 2590/2024 - NOVACAP/PRES (Peça nº 28) com documentos anexos constantes do Processo de Barramento nº 00600- 00010835/2024-85 (Peça nº 29); b) da manifestação da empresa SOS Tecnologia e Gestão da Informação Ltda. (Peça nº 26); c) das contrarrazões apresentadas pela empresa Linus Log Ltda. (Peça nº 37); d) das demais peças juntadas aos autos; II – considerar: a) atendido o item II da Decisão nº 3.308/2024; **b) no mérito, improcedente a representação (Peça nº 8) formulada pela empresa Linus Log Ltda.;** III – em decorrência da improcedência da representação, revogar a medida cautelar deferida na alínea “a” do item II da Decisão nº 3.308/2024 e, por conseguinte, autorizar a continuidade do Pregão Eletrônico nº 023/2024; IV – autorizar: a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à Novacap, aos representantes das empresas Linus

Log Ltda. e SOS Tecnologia e Gestão da Informação Ltda.; b) a restituição dos autos à Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura, Mobilidade e Segurança Pública, para fins de arquivamento. **(grifo nosso)**.

21. Sobre o vício na habilitação da empresa, verifica-se que a Lei nº 13.303/16, assim determina:

Art. 58. A habilitação será apreciada exclusivamente a partir dos seguintes parâmetros: [\(Vide Lei nº 14.002, de 2020\)](#)

I - exigência da apresentação de documentos aptos a comprovar a possibilidade da aquisição de direitos e da contração de obrigações por parte do licitante;

II - qualificação técnica, restrita a parcelas do objeto técnico ou economicamente relevantes, de acordo com parâmetros estabelecidos de forma expressa no instrumento convocatório;

III - capacidade econômica e financeira;

IV - recolhimento de quantia a título de adiantamento, tratando-se de licitações em que se utilize como critério de julgamento a maior oferta de preço.

§ 1º Quando o critério de julgamento utilizado for a maior oferta de preço, os requisitos de qualificação técnica e de capacidade econômica e financeira poderão ser dispensados.

§ 2º Na hipótese do § 1º, reverterá a favor da empresa pública ou da sociedade de economia mista o valor de quantia eventualmente exigida no instrumento convocatório a título de adiantamento, caso o licitante não efetue o restante do pagamento devido no prazo para tanto estipulado.

22. Com efeito, ao se exigir o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto da licitação, pretende-se que o interessado comprove ter experiência em atividade que permita a inferência de que ele tem condições de executar satisfatoriamente o serviço contratado, ainda que a atividade por ele previamente desempenhada não seja idêntica ao objeto da licitação.

23. A área técnica, com expertise no âmbito de execução do serviço licitado, em revisão de seus atos, entendeu que a empresa não atendeu as exigências contidas no edital.

24. Ademais, o plenário do Tribunal de Contas ao analisar a representação formulada pela empresa Linus Log Ltda., subsidiado pelo Corpo Técnico, decidiu revogar a medida cautelar deferida e julgar improcedente a representação.

25. Nessa ordem de ideias, sob o aspecto jurídico do procedimento, considerando as regras estabelecidas no Edital, as normas que regem o certame e as razões apresentadas nos recursos, amparando-se no posicionado firmado pela área técnica no Despacho -NOVACAP/PRES/DA/DEMAP/DIPAD ([152233775](#)) e na Decisão do Plenário que decidiu julgar improcedente a representação apresentada, em relação a capacidade técnica operacional da licitante para desempenhar a execução dos serviços licitados, a decisão exarada pelo pregoeiro no Relatório 158 [154314134](#), que negou provimento ao recurso, não merece ser reformada.

### 3. **CONCLUSÃO**

26. Ante ao exposto, com base nos princípios que regem o procedimento licitatório, em análise quanto aos aspectos jurídicos, conclui-se que a decisão exarada pelo Senhor Pregoeiro no Relatório 12 ([132113185](#)), que nega provimento ao recurso para manter a desclassificação da Recorrente, tendo em vista que os motivos para desclassificação da RECORRENTE permanecem, nos termos dos Despachos NOVACAP/PRES/CSAD395-2020 ([147509695](#)) e NOVACAP/PRES/DA/DEMAP/DIPAD ([152233775](#)).

27. É o parecer *sub censura*.

**JULIANA IGLESIAS MEDEIROS SALLES**

Assessora DCO/DJ/NOVACAP

OAB/DF nº 31.682

1. Acolho os termos do presente Parecer SEI-GDF n.º 681/2024 - NOVACAP/PRES/DCO, pelos seus próprios fundamentos.

2. Após a manifestação de Vossa Senhoria, sugiro que sejam os autos encaminhados a Presidência para conhecimento.

**ANTONIO MARQUES DOS REIS FILHO**

Chefe do Departamento Jurídico Consultivo

DCO/DJ/NOVACAP

OAB/DF nº 35.184



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA IGLESIAS MEDEIROS SALLES - Matr.0973620-4, Assessor(a).**, em 06/11/2024, às 18:15, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO MARQUES DOS REIS FILHO - Matr.0973336-1, Chefe do Departamento Jurídico Consultivo**, em 06/11/2024, às 18:18, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **155357624** código CRC= **F815192C**.

---

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

Sessão Ordinária Nº 5402, de 30/10/2024

TCDF/Secretaria das Sessões  
Folha:.....  
Processo: 00600-00010347/2024-78-e  
Rubrica:.....

PROCESSO Nº 00600-00010347/2024-78-e

RELATOR(A) : Conselheiro PAULO TADEU VALE DA SILVA

EMENTA : Representação, com pedido de medida cautelar, formulada pela sociedade empresarial Linus Log Ltda., versando sobre possível irregularidade em inabilitação no Pregão Eletrônico – PE nº 023/2024, da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap.

**DECISÃO Nº 4152/2024**

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Ofício nº 2590/2024 - NOVACAP/PRES (Peça nº 28) com documentos anexos constantes do Processo de Barramento nº 00600-00010835/2024-85 (Peça nº 29); b) da manifestação da empresa SOS Tecnologia e Gestão da Informação Ltda. (Peça nº 26); c) das contrarrazões apresentadas pela empresa Linus Log Ltda. (Peça nº 37); d) das demais peças juntadas aos autos; II – considerar: a) atendido o item II da Decisão nº 3.308/2024; b) no mérito, improcedente a representação (Peça nº 8) formulada pela empresa Linus Log Ltda.; III – em decorrência da improcedência da representação, revogar a medida cautelar deferida na alínea “a” do item II da Decisão nº 3.308/2024 e, por conseguinte, autorizar a **continuidade** do Pregão Eletrônico nº 023/2024; IV – autorizar: a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à Novacap, aos representantes das empresas Linus Log Ltda. e SOS Tecnologia e Gestão da Informação Ltda.; b) a restituição dos autos à Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura, Mobilidade e Segurança Pública, para fins de arquivamento.

Presidiu a sessão o Presidente, Conselheiro MÁRCIO MICHEL. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU e ANDRÉ CLEMENTE e o Conselheiro-Substituto VINÍCIUS FRAGOSO. Participou o representante do MPjTCDF, Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA. Ausente a Conselheira ANILCÉIA MACHADO.

SALA DAS SESSÕES, 30 de outubro de 2024

João Batista Pereira De Souza  
Secretário das Sessões

Márcio Michel Alves De Oliveira  
Presidente

Despacho – NOVACAP/PRES

Brasília, 08 de novembro de 2024.

Ao Núcleo de Licitação,

Assunto:Análise de Recurso Administrativo.

**Recorrente:**LINUS LOG LTDA ([151845997](#))**Recorrida:**SOS TECNOLOGIA E GESTAO DA INFORMACAO LTDA ([151846893](#))

1. Trata o presente do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 023/2024 - SRP - DECOMP/DA, cujo objeto é Registro de Preços para contratação de empresa especializada para a prestação de Serviços Técnicos de Tratamento da Informação e Gestão Documental, incluindo serviços complementares de Digitalização para atender esta Companhia, de acordo com as especificações técnicas do Termo de Referência e Edital e seus anexos.
2. A Comissão Permanente de Licitação - CPL, por meio do Relatório Nº 158/2024–NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC ([154314134](#)), decidiu pelo recebimento do recurso da empresa **LINUS LOG LTDA ME** ([151845997](#)), e, no mérito, sugere que seja **NEGADO PROVIMENTO** ao recurso da recorrente, para manter vencedora do certame a empresa SOS TECNOLOGIA E GESTAO DA INFORMACAO LTDA.
3. Aberto o prazo de contrarrazões, a empresa **SOS TECNOLOGIA E GESTAO DA INFORMACAO LTDA** ([151846893](#)) apresentou suas considerações ([148428653](#)) em face ao recurso interposto.
4. Os autos foram encaminhados a esta Presidência pelo Departamento de Compras, mediante o Despacho - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC ([154364863](#)), para decisão acerca do recurso interposto pela licitante, conforme preconiza o artigo 124 do Regulamento de Licitações e Contratos da NOVACAP.
5. Na sequência, os autos foram submetidos à Diretoria Jurídica, nos termos do Despacho - NOVACAP/PRES ([155274836](#)), a qual, mediante o Parecer SEI-GDF n.º 681/2024 - NOVACAP/PRES/DJ/DCO ([155357624](#)), aprovado pela Diretoria Jurídica ([155503259](#)), concluiu o seguinte:

"3. **CONCLUSÃO**

*Ante ao exposto, com base nos princípios que regem o procedimento licitatório, em análise quanto aos aspectos jurídicos, conclui-se que a decisão exarada pelo Senhor Pregoeiro no Relatório 12 ([132113185](#)), que nega provimento ao recurso para manter a desclassificação da Recorrente, tendo em vista que os motivos para desclassificação da RECORRENTE permanecem, nos termos dos Despachos NOVACAP/PRES/CSAD395-2020 ([147509695](#)) e NOVACAP/PRES/DA/DEMAP/DIPAD ([152233775](#)). (...)"*

6. Ante o exposto, mantenho o entendimento exarado pela Diretoria Jurídica ([155357624](#) e [155503259](#)), bem como pela Comissão Permanente de Licitação - CPL ([154314134](#)), e **DECIDO NEGAR PROVIMENTO** ao recurso apresentado pela empresa **LINUS LOG LTDA ME** ([151845997](#)), para manter a desclassificação da Recorrente, tendo em vista que os motivos para desclassificação da RECORRENTE permanecem, nos termos dos Despachos NOVACAP/PRES/CSAD395-2020 ([147509695](#)) e NOVACAP/PRES/DA/DEMAP/DIPAD ([152233775](#)).
7. Restituo os autos para as providências necessárias ao prosseguimento do certame.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO RODRIGUES FERREIRA LEITE** - Matr.0973488-0, Diretor(a) Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, em 08/11/2024, às 15:42, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **155725274** código CRC= **42B1219C**.

---

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF  
Telefone(s): 3403-2310  
Sítio - [www.novacap.df.gov.br](http://www.novacap.df.gov.br)

---

00112-00011579/2023-09

Doc. SEI/GDF 155725274

---

Criado por [andreia.silva](#), versão 4 por [andreia.silva](#) em 08/11/2024 15:19:58.